

O SENTIDO DA NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA DE MAX WEBER EM SUA FACE LÓGICO-POSITIVISTA

THE MEANING OF MAX WEBER AXIOLOGICAL NEUTRALITY IN ITS LOGIC-POSITIVIST FACE

RODRIGO OLIVEIRA LESSA¹

Resumo

Este estudo analisa o postulado da neutralidade axiológica inerente à Sociologia Compreensiva de Max Weber, uma das principais categorias empregadas por ele na concepção da atividade de pesquisa e na construção teórica do seu objeto, a ação social. A partir dos autores Theodor Adorno e Walter Benjamin e da análise do que Weber entende por fazer científico racional, procuramos observar em que medida o positivismo lógico presente em alguns expoentes da sociologia alemã – e, em particular, num dos cânones do neopositivismo na ciência, Karl Popper – encontra referência também no pressuposto weberiano de separação da razão humana em razão cognoscente e a razão valorativa.

Palavras-chave: Teoria Sociológica, Sociologia Compreensiva, Positivismo Lógico.

Abstract

This study examines the postulate of value neutrality in the Comprehensive Sociology of Max Weber, one of the main categories used by him in the design of research activity and theoretical construction of his object, the social action. Through the authors Theodor Adorno and Walter Benjamin and the analysis of what

¹ Graduado no curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil, com Bacharelado em Sociologia, é mestre e atualmente doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na mesma universidade. E-mail: rodrigo.ciso@gmail.com.

Weber means by rational scientific work, we tried to observe how logical positivism in some exponents of German sociology – and in particular, one of the canons of neo-positivism in science, Karl Popper – find also reference in the weberian separation of knowing reason and evaluate reason.

Keywords: Sociological Theory, Comprehensive Sociology, Logical Positivism.

O Positivismo Na Sociologia Alemã

No ano de 1961, na cidade de Tübingen, Alemanha, o congresso da Sociedade de Sociologia Alemã promoveu um debate centrado na questão da “Lógica das Ciências Sociais”. O tema do encontro, entretanto, logo se desdobraria num confronto direto entre os fundamentos epistemológicos do Positivismo e da Dialética. Sob a mediação de Ralf Dahrendorf, Karl Popper teve a oportunidade de expor suas teses sobre o tema, cabendo em seguida a Theodor Adorno, no papel de representante da Escola de Frankfurt, apresentar uma réplica às teses de Popper. Alguns anos mais tarde, por volta de 1964, Adorno (1996) procura recuperar e sistematizar os principais tópicos de suas divergências com Popper e com a doutrina positivista, publicando o ensaio *Introdução À Controvérsia do Positivismo na Sociologia Alemã*, oportunidade em que relaciona os postulados de segmentos do Positivismo a outras linhas de reflexão muito em voga no séc. XX, como a da Sociologia Compreensiva de Max Weber.

Adorno inicia o levantamento das questões referentes à exposição de Popper e do Positivismo aproveitando uma colocação de Ralf Dahrendorf a respeito do embate que ele e Popper travaram no Congresso de Tübingen. Ainda em 1961, Dahrendorf criticou a discussão em razão da não existência de um debate sobre os empreendimentos de pesquisa em privilégio de uma discussão supostamente gratuita sobre “a ciência em geral”, resultando na ausência de uma reflexão total da sociologia como tal. Para Adorno, entretanto, seria um equívoco descartar a discussão de Tübingen desta maneira, pois os argumentos desta crítica se entregariam a uma forma de teoria analítica da ciência que não atentava devidamente para a implicação dos seus axiomas sobre a própria investigação científica. Como ele analisa, é um erro não pensar as controvérsias decisivas das ciências enquanto repositórios de um conteúdo social latente, responsável pelos contornos da influência da sociedade sobre os axiomas científicos. Na verdade, em detrimento do que imaginava Dahrendorf, por trás da recriminada abstração da ciência vivenciam-se problemas importantes, e que, se subsumidos à tese da prioridade da lógica formal puramente investigativa, só podem expressar mais efetivamente uma concepção cientificista de toda a ciência, incluindo a teoria social. (Adorno, 1996).

Restaria saber, para Adorno, se Popper e os demais positivistas seriam capazes de admitir esta proposição, pois isso abalaria a tese fundamental da autonomia absoluta da ciência e do seu caráter constitutivo para qualquer conhecimento, bem como a disjunção entre o conhecimento e o processo da vida real – tese basilar ao pensamento de Popper. Como ele afirma, o positivismo de Popper e também o de Max Weber opta por dizer que o conhecimento científico, em alguns de seus momentos, não necessariamente é mediatizado pelo processo da vida real, e que a ciência teria se tornado independente e desvinculada de sua função social primordial, situando-se num campo circundante que a permite atuar sobre a sua própria estrutura imanente. O que os remete a uma ambiguidade conflitante com o princípio lógico da não contradição, como observa Adorno (1996). Afinal, isso significaria dizer que a ciência positivista seria autônoma, por declarar-se como tal, e, ao mesmo tempo, não seria; afirmar-se-ia como autônoma, originalmente, de um lugar não autônomo do conhecimento, sendo ele o extra científico ou, de outro modo, o senso comum. Com isso, o conhecimento que deveria apresentar-se para se despojar sua própria limitação, adquirindo assim objetividade, é reivindicado ideologicamente como autônomo e assim equiparado à arbitrariedade subjetiva, restando marginalizado. Tudo isso enquanto o positivismo permanece preso em sua própria contradição: a de perseguir a mais extrema objetividade purificada de todas as projeções subjetivas.²

O problema do positivismo lógico, por conseguinte – e que faz perdurar na ciência os preceitos comtianos –, é que esta sociologia positivista apresenta a deficiência de não partir da própria sociedade para a formulação científica, mas sim da lógica formal. É, neste sentido, a linha do próprio Karl Popper:

Para ser possível ela precisa proceder da lógica formal.

2 “O positivismo, para o qual contradições são anátemas, possui a sua forma mais profunda e inconsciente de si mesma [contradição], ao perseguir, intencionalmente, a mais extrema objetividade, purificada de todas as projeções subjetivas, contudo apenas enredando-se sempre mais na particularidade de uma razão instrumental simplesmente subjetiva. [...] Enquanto querem liquidar a filosofia, simplesmente advogam uma que, apoiada na autoridade da ciência, se torna impermeável a si mesma.” (Adorno, 1996:114).

A tese da prioridade desta, porém, constitui por seu lado o cerne da concepção positivista ou – trocando a expressão, talvez, excessivamente sobrecarregada, por uma eventualmente aceitável a Popper – a concepção cientificista de toda a ciência, incluídas sociologia e teoria social. (Adorno, 1996:111).

Importante seria, neste sentido, em contraposição à linha positivista, não apenas definir o objeto do conhecimento como sendo mediatizado pelo sujeito, algo que o próprio positivismo seria capaz de reconhecer, mas também inversamente reconhecer que o sujeito incide como momento da objetividade a ser por ele conhecida, ou que o sujeito e suas reflexões são mediatizados pelos processos sociais. O desconhecimento desta mediação recíproca é, deste modo, o que leva o pensamento positivista a supor o conceito de ciência como um fato real dado, a reivindicar para si uma dialética histórica própria e, por fim, a apresentar como pré-científico toda a carga de racionalidade instrumental que estaria ocupando as pretensões e finalidades contidas na suposta exclusividade do conceito de ciência.

Vemos, portanto, de que maneira a não referência do pensamento científico à sua mediação com a sociedade constitui o cerne do logicismo que se apresenta no pensamento de Popper e, como Adorno nos mostra, também na própria sociologia alemã, na medida em que persiste aqui e ali a tentativa de reivindicar uma autonomia do pensamento científico em relação a esta mediação. A qual, segundo neopositivistas como Popper sugerem, deve ser desenvolvida pela busca de uma objetividade científica alçada em padrões puramente lógico-formais do pensamento.

Cabe, entretanto, para o nosso estudo, percebermos como estes elementos se mostram presentes na construção teórico-metodológica do postulado da neutralidade axiológica em Max Weber, e em particular na sua reflexão sobre as etapas de estudo da ação social sob o cerne da neutralização axiológica dos pontos de vista e “avaliações práticas” do pesquisador. Indivíduo este que para o precursor da sociologia compreensiva deve estar, no processo investigativo, imbuído apenas da tarefa de construir conhecimentos oriundos de “afirmações dedutíveis de maneira puramente lógica” e “afirmações puramente empíricas”, afastando definitivamente as avaliações éticas e filosóficas deste percurso.

O Sentido da Neutralidade Axiológica

Referência indispensável para a compreensão do método compreensivista de Max Weber, O Sentido da Neutralidade Axiológica (1995) é um texto voltado para a defesa deste postulado, inclusive frente aos que dele se valem numa perspectiva que, aos olhos deste autor, é equivocada. No ensaio, Weber realiza uma análise sobre a prática do exercício metodológico do cientista social e do economista, sobretudo levando em conta a tarefa de diferenciação entre as (a) afirmações dedutíveis de maneira puramente lógica e afirmações puramente empíricas das (b) avaliações éticas ou filosóficas no que tange ao seu caráter de avaliação ou normatividade – ou seja, como “dever ser”. Deste modo, nos aprofundaremos nos termos desta discussão partindo da linha de reflexão tal como ela foi construída pelo próprio Weber para, no momento seguinte, ressaltar em que medida ela pode ser compreendida em sua contradição imanente.

Weber inicia este ensaio epistemológico declarando que o termo “avaliação” será por ele utilizado enfaticamente nesta discussão, e mais precisamente no sentido de juízos de valor práticos quanto ao caráter satisfatório ou insatisfatório de fenômenos sujeitos à nossa influência. A questão para ele é importante, pois a ideia colocada sobre a possibilidade de uma disciplina científica estar livre ou não de influências desta espécie – o postulado da neutralidade axiológica – é, em verdade, idêntica a outra discussão, onde este tipo de avaliação seria muito recorrente. Qual seja: a de se, na atividade docente, o professor deve ou não declarar a aceitação de avaliações práticas, sejam elas oriundas de princípios éticos, ideais culturais ou pontos de vista filosóficos. Debate este que, inclusive, já foi realizado pelo autor em outra oportunidade. (Weber, 2000).

E a este respeito, como podemos notar, Weber tem uma leitura muito clara. Para ele, é imprescindível na atividade docente que o professor realize uma distinção entre diferentes posturas possíveis no processo do conhecimento, mas, precisamente, separando (1) afirmações dedutíveis de maneira puramente lógica e afirmações puramente empíricas das (2) avaliações éticas ou filosóficas. As duas, em que pese a sua diferença, poderiam inclusive estar dentro da esfera de uma universidade, mas não no mesmo contexto, como recomenda. Como ele observa, não se poderia ignorar esta distinção sem encobrir

as implicações práticas das avaliações na atividade docente, razão pela qual a ideia de simplesmente acreditar que a atividade do professor deve ser totalmente destituída de paixão seria um equívoco primário.

O primeiro ponto de vista (a) é aceitável, e pode ser de fato aceitável da perspectiva dos que o propõem, apenas quando o professor veja como dever incondicional seu – em cada caso individual, até mesmo ao ponto de implicar o perigo de tornar sua preleção menos estimulante – tornar absolutamente claro para seu público, e especialmente para si próprio, quais de suas afirmações são fatos logicamente dedutíveis ou empiricamente observados, e quais são afirmações de avaliação prática. Quando se tenha admitido a disjunção entre essas duas esferas, parece-me que fazê-lo é uma exigência imperativa de honestidade intelectual. É, neste caso, requisito absolutamente mínimo. (Weber, 1995:363).

É então imperativo que docente ou o pesquisador, para contribuir com esta virtude, cumpra a exigência de separar o exercício de comprovação dos fatos empíricos das suas próprias avaliações práticas. Afinal, seriam apenas as comprovações produzidas estritamente de forma empírica as responsáveis pelo auxílio à distinção entre fatos satisfatórios ou não satisfatórios dispostos em meio à vida social e econômica dos povos segundo o seu ponto de vista – este sim guiado por uma avaliação prática. A iniciativa que tornaria este procedimento empírico-científico de distinção possível, por sua vez, também é definida com precisão pelo autor: tomar objetiva e empiricamente a “sua própria avaliação prática” como um “fato”, para daí então extrair empiricamente conclusões verdadeiramente comprovadas quanto à implicação que ela – enquanto ação social dotada de um determinado sentido subjetivo – pode carregar em sua efetividade ou causalidade objetiva. (Weber, 1995).

O autor facilita nossa compreensão com um exemplo muito claro. Como argumenta, seria possível fazer um acordo entre pares que discutem um determinado tema no sentido de pôr em questão certa medida prática – como no caso de uma ação de financiar a expansão de um exército numa dada circunstância de guerra – e, em seguida, refletir-se apenas sobre os meios de como levar isso à frente. É exatamente como adiantamos acima: primeiro separa-se o exercício

de comprovação dos fatos empíricos da avaliação prática, que neste momento sai de cena; depois analisa-se como relação causal (causa e efeito) a construção do sentido na relação meio-fim pelo agente ou pelos agentes, procurando aí identificar a eficiência causal da relação significativa que é fruto do ponto de vista construído a partir da avaliação prática. Entretanto, e isso é importante que se perceba para Weber, tal propósito prático, fruto da avaliação prática e que sucede o pacto firmado entre os pares, supondo-se que seja de comum acordo entre os envolvidos na sua formulação, não deve ser tomado agora mais como um “fato”, como já havíamos feito com a avaliação prática, mas sim como um “fim”, estabelecido *a priori* e que não se apresenta se não de forma transcendente no debate a respeito da questão prática de como expandir o exército mencionado. (Weber, 1995).

Neste sentido, nosso autor em questão afirma que de maneira alguma se propõe a examinar, enquanto sociólogo, em que medida as avaliações práticas, sobretudo as de caráter ético, podem pretender o estado de uma “dignidade normativa”, mesmo porque este não é para ele o papel da metodologia científica. Ou seja, ele não pretende discutir eticamente se aquele fim estabelecido *a priori*, enquanto avaliação prática, justifica-se ou não por parte daquele que o formulou. À metodologia científica interessa, estritamente o modo pelo qual a validade de um imperativo prático enquanto norma e o valor da verdade de uma comprovação empírica dos fatos se encontram em planos heterogêneos da problemática. E que, com referência a ambas, se lhes retire a dignidade científica quando esta junção não for bem feita.

Este exercício interpretativo, para ele, poderia ser novamente percebido ao tomarmos como exemplo a relação de um sindicalista numa dada conjuntura com as suas perspectivas de atuação política. Seria pouco útil simplesmente sugerir a um ativista sindical de um país como a Alemanha, por exemplo, que mantenha-se passivo pelo fato da sua atuação política numa determinada conjuntura estar fadada ao fracasso sob o ponto de vista da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, a qual suscitaria ainda um resultado reacionário à medida que suas deficiências surgissem no seu desdobramento. Mesmo porque, como Weber alega, segundo o ponto de vista do próprio sindicalista, ele acredita ter plena convicção para atuar daquela forma. A única questão que pode ser decidida empiricamente pela ciência neste

caso, por outro lado, sob o ponto de vista da sociologia compreensiva, é a de que: se, para um fim dado de maneira absolutamente unívoca pelo sindicalista, que acredita ter plena convicção da correção de seus atos, se busca na ação o meio que é para ele mais apropriado. Se ali um horizonte objetivo claro de eficiência. Ou, mais precisamente, se e onde a proposição “X é o único meio para Y” se manifesta ou não como o exato inverso da proposição “de X segue Y”. Se esta distância abissal se confirmar no estudo empírico, o sociólogo poderia então tornar transparente para o próprio sindicalista o teor de sua ação, alertando para os limites que existiriam na correlação que ele realiza entre o fim por ele desenvolvido – por acreditar que tem convicção ou “razão” para tanto – e os meios de que ele se vale. Os quais, sem que ele se dê conta, estariam levando-o a desdobramentos causais que ele pode eventualmente desconhecer e desaprovar. Por isso:

[...] apenas é necessário comprovar de novo que, em todas as investigações, é sempre possível inverter as proposições sobre “causas e efeitos”. Transformá-las em proposições sobre “meios e fim”, obviamente, sempre que o resultado em questão pode ser dado de maneira suficientemente unívoca. Com isto, naturalmente, nada se modifica aqui acerca da relação lógica entre a esfera da avaliação e a esfera do conhecimento empírico. (Weber, 1995:397).

A real função da Sociologia Compreensiva deve ser, portanto, a de transformar em problema aquilo que se mostra evidente por convenção, analisando as convicções a partir da sua eficácia causal. E isto é, como lhe ocorre no texto, o que mais poderia interessar às ciências sociais e econômicas, pois elas não trariam somente uma explicação desejável dos acontecimentos como, além disso, permitiriam fazer justiça àqueles que, real ou aparentemente, pensam diferente do pesquisador. Sua importância, neste sentido, reside: (a) na importância de se definir a finalidade de uma consideração causal empírica da ação humana, tendo em vista o objetivo de aprender a discernir os seus motivos últimos e reais, e, ademais, (b) para a determinação objetiva dos pontos de vista axiológicos opostos, sustentados por indivíduos que partem de princípios éticos distintos. O que daria origem a uma postura verdadeiramente independente do contexto valorativo em que ela estiver inserida. “Por fim, cabe ressaltar de maneira patente que o reconhecimento da existência desta situação, no que diz respeito à nossa disciplina, é inteiramente independente da posição que se

adote nas considerações sintéticas da teoria de valor que se seguem.” (Weber, 1995:375).

É exatamente nesta medida que Weber acredita ser possível tratar os problemas das disciplinas empíricas dentro de uma postura voltada para a neutralidade. Ainda que não se tratem de problemas de valor ou problemas de ordem axiológica, eles são um produto da relação entre as realidades e os valores e precisam ser tratados como tal. Ela funda-se na distinção entre a avaliação e a interpretação do valor em sua adequação causal objetiva, a qual compreenderia o verdadeiro exercício da metodologia científica, dedicando-se mais precisamente ao desenvolvimento das tomadas de posição possíveis providas de sentido frente a um fenômeno. Nesta medida, analisando sob a linha da lógica, não se deve afirmar que o ponto de partida normativamente correto segundo a convicção de quem o elabora deva aparecer sempre e necessariamente como o *a priori* de toda e qualquer iniciativa diante do conhecimento, influenciando-a também no seu curso. Numa investigação criteriosamente científica, não caberia ao pesquisador a contemplação de uma avaliação prática correta dada, mas a aplicação de uma capacidade de discernimento capaz de o fazer alcançar a investigação científica como um exercício de compreensão, semelhante a uma espécie de captação empática puramente psicológica encontrada no mapeamento das conexões de afetos e sentimentos irracionais do ponto de vista lógico.

Pelo contrário, a sua função como meio de “compreender” é a mesma que a captação “empática” puramente psicológica desempenhada referente às conexões de afetos e sentimentos irracionais do ponto de vista lógico, enquanto se trata de seu conhecimento compreensivo. (Weber, 1995:392).

E para assegurar a qualidade e a eficiência na compreensão racional destas conexões lógicas – subsidiadas pela empatia puramente psicológica, as quais acionam a existências de verdades lógicas dadas *a priori* e por hora instauradas nestas conexões – é o hábito convencional do pesquisador que poderá fazê-lo transpor empaticamente os próprios valores, de modo a distinguir os pensamentos normativamente falsos dos certos.

Neste caso, o meio de explicação compreensiva não é o caráter de correto no sentido normativo, mas, por outro lado, o hábito convencional do pesquisador e do professor de pensar assim e não de outro modo, e, por outro lado, a capacidade – nos casos em que é necessária – de conseguir “transpor-se empaticamente” de maneira compreensiva num pensamento que difere daquele hábito e que, portanto, lhe parecer ser, normativamente falando, “falso”. (Weber, 1995:392).

A questão do certo e do errado, também o seu sentido causal objetivo, analisada sob as bases lógicas de sua verdade, deverão ser então compreendidas a partir do modo pelo qual se aproximam ou se afastam daquilo que o próprio pesquisador, alçado neste hábito convencionalmente firmado, considera como sendo falso ou verdadeiro. É neste sentido que, para o autor da Sociologia Compreensiva, o fim da imputação causal buscada na análise destas conexões lógicas presentes nos processos empíricos seria justamente a de realizar construções racionais, que são justamente os chamados tipos ideais weberianos. Estes conceitos estariam dirigidos à formação de uma conexão objetiva onde observaríamos uma total e absoluta logicidade na ação social fundada sob o hábito de pesquisa, mais precisamente no que diz respeito aos desdobramentos causais do comportamento racional subjetivamente visado na análise compreensivista.

Para o fim da imputação causal de processos empíricos necessitamos, exatamente, construções racionais, técnico-empíricas ou lógicas, que dão uma resposta à pergunta: como se desenvolveria (ou teria se desenvolvido) certo estado de coisas, consistindo este numa conexão externa da ação ou numa formação de pensamentos (por exemplo, um sistema filosófico), no caso de uma absoluta logicidade e de uma total “ausência de contradições”, no que diz respeito à dimensão lógica ou à empírica. Sob o ponto de vista lógico, a construção de uma tal utopia ou utopia semelhante que é racionalmente correta é apenas umas das mais diversas formações possíveis de um “tipo ideal” – termo que eu dei a tais formações conceituais (terminologia que me parece mais apropriada do que qualquer outra). (Weber, 1995:392).

O tipo ideal, neste sentido, fecha o sistema epistemológico de Weber à medida em que é apresentado como um instrumento comparativo

capaz de atender a apenas e tão somente um fim pré-estabelecido: comparar a realidade empírica, estabelecendo o contraste ou a divergência com ela, ou, quando for o caso, a sua aproximação relativa. Tudo isso com o objetivo de descrevê-la, compreendê-la e explicá-la por via da imputação causal com conceitos compreensíveis os mais unívocos possíveis.

A Contradição Imanente

Nas discussões condensadas do livro *A Lógica das Ciências Sociais*³, Habermas (2009) insere-se no debate que Adorno travou a partir do congresso de Tübingen, sintetizando e publicando intervenções que ele, em verdade, também fazia neste período. No ponto de partida de suas reflexões, encontramos o cerne das análises que levaram àquele debate: as diferenças metodológicas que podem ou não ser delimitadas entre as ciências naturais e as ciências sociais. Isto porque, como vemos no próprio Popper, a caracterização do pensamento lógico-formal guarda em seus desdobramentos uma recusa à possibilidade deste procedimento ser aplicado com a mesma eficiência às ciências humanas, razão pela qual vinha sendo ostensivamente questionado, por Popper e por outros autores positivistas, o caráter científico da Filosofia e das Ciências Sociais, dentre elas a Sociologia.

É mais precisamente neste contexto que se situa a abordagem crítica de Habermas quanto à hermenêutica da sociologia compreensiva. Segundo ele, nenhuma das três abordagens neokantianas precedentes à de Weber, com Rickert, Windelband e Cassirer, puderam esclarecer o dualismo científico gerando consequências coerentes para a questão. E embora Weber, como uma exceção, tenha acolhido este exercício na elaboração de seus princípios metodológicos, as contradições ali não resolvidas repercutem na sua obra, sobretudo as que derivam do próprio positivismo. A tarefa de Habermas a partir daqui é, por conseguinte, a de explicitar de que maneira esta diferenciação ocorre no pensamento de Weber, e ainda como isso implica numa alternativa

3 Este título é também utilizado numa outra tradução dos textos reunidos de Habermas, mais especificamente em espanhol, *La Lógica de Las Ciencias Sociales* (2001), com uma parte exclusiva a ela intitulada “Disputa Sobre El Positivismo”, não existente na versão em português aqui consultada.

logicista para a diferenciação entre ciências naturais e ciências humanas, trazendo elementos novos para esta discussão ao mesmo tempo em que, por outro lado, nos remete às investidas de caráter positivista já presentes no neokantianismo.

Segundo Habermas, a imbricada epistemologia weberiana é mais transparente quando dois complexos por ela trabalhados, o explicativo e o compreensivo, são nela analisados comparativamente. O princípio sociológico fundamental, presente em obras como *Economia e Sociedade*, de que a sociologia compreende uma ciência que busca compreender interpretativamente o agir social e explicá-lo aí de maneira causal em seus efeitos, implica ele mesmo numa resposta à questão sobre como seriam possíveis as teorias gerais do agir social. Para Max Weber (1994), embora as teorias de um modo geral e sobretudo as presentes nas ciências da natureza permitam a derivação de suposições e regularidades empíricas que auxiliem na explicação científica, as regularidades do agir social mostrariam, diferentemente dos processos naturais, a peculiaridade de serem compreensíveis interpretativamente. Para ele, como nos mostra Habermas: “O agir social pertence à classe das ações intencionais que concebemos por meio da reconstrução de seu sentido. Os fatos sociais são acessíveis à compreensão das motivações.” (2009:23).

Entretanto, a compreensibilidade *optimal* de um comportamento sob condições dadas, no método compreensivo, não é naturalmente e por ela mesma uma demonstração da hipótese de que esta conexão normativa efetivamente existe. A hipótese precisa ainda ser confirmada independentemente da plausibilidade da interpretação compreensivo-motivacional, ou seja, de sua conexão de sentido abstrata. Por esta razão, a ligação lógica entre a compreensão e a explicação é reconduzida à relação geral entre um esboço hipotético e uma comprovação empírica. É por este caminho que o pressuposto da neutralidade axiológica começa a ganhar a sua verdadeira forma e, com ela, a sua contradição.

Isto porque, na verdade, trata-se do momento em que a confirmação da plausibilidade da interpretação compreensivo-motivacional, para ser confirmada na relação lógica entre o esboço hipotético e sua comprovação empírica, vem a ser sustentada por um procedimento metodológico tomado como absoluto em meio ao trabalho

científico. Como poderemos observar, Weber entende a metodologia como âmbito de uma avaliação prática onde é gerado o “fim” de compreender a ação social em seu curso. Mas, logo em seguida, este fim torna-se um “fato” – como vimos anteriormente na análise do ensaio sobre a neutralidade axiológica – e Weber atribui a ele um caráter meramente lógico, percebendo-o como uma espécie *a priori* transcendental que, por ser meramente lógico e absoluto, não tem mais nada a ser compreendido interpretativamente em sua intencionalidade e motivação socialmente condicionadas.

Podemos entender isso melhor se notarmos como este exercício contraditório da ligação lógica entre o processo de explicação e o de compreensão do agir social explica a razão pela qual Weber garante tão claramente uma posição privilegiada para o agir racional regido por fins. Na verdade, para o autor, o fim instaurado da compreensão do sentido ou da motivação – a suposta intenção do agente – leva a uma explicação empiricamente pertinente no momento em que este fim gera, no investigar científico, um motivo efetivamente suficiente e único para a ação que se desenvolveu e é objeto de estudo, instante em que o pesquisador consegue efetivamente explicá-la em seu sentido subjetivo fundamental. O que ocorre a partir do momento em que agir racional com vistas a fins desempenhado pelo cientista é estabelecido como parâmetro comparativo: é este o instrumento capaz de definir a ação que implicaria numa adequação absoluta entre a hipótese e a empiria. Só assim pode servir à medição da relação entre a finalidade subjetiva do agente e o agir que ele realiza na realidade social, sendo este último o verdadeiro objeto de interesse da sociologia compreensiva.

Assim, como podemos notar, Weber acentua a tarefa empírico-analítica de explicar o agir social com o auxílio de hipóteses normativas confirmadas e apresentar prognósticos condicionados, gerando informações que poderiam ser convertidas em recomendações meramente técnicas para uma escolha racional *optimal* de meios regidas por expectativas em relação a fins. Entretanto, para o discípulo de Rickert, uma ciência da cultura não teria meios para esgotar o seu interesse na pesquisa de regularidades empíricas, não teria como conhecer imediatamente todas as ações para adiantar as recomendações técnicas a elas mais adequadas e, a partir disso, antecipar o teor da sua adequação causal. Cada exercício deste exige uma pesquisa, um

recomeço. Por esta razão, o interesse pela adequação e comprovação de leis hipotéticas a partir da qual se extraem as recomendações técnicas é considerada em outros contextos como um trabalho prévio que precisa ser retomado a cada pesquisa, o qual, se não tem ainda a capacidade de conduzir por si mesmo ao conhecimento almejado pelos entes sociais, é fundamental para que ele seja alcançado.⁴

Ao passo em que mostra como ele reivindica a autonomia de sua hermenêutica, Habermas consegue perceber em que medida, para Weber, apenas a “explicação” do agir racional que suscita a investigação da sociologia compreensiva recebe um caráter metodologicamente subordinado, a partir do exercício hermenêutico, enquanto que o procedimento relativo à “compreensão” das suas condições sociais, motivacionais e significativas dentro do processo de produção do conhecimento científico fica completamente de fora. Neste esquema para a realização do progresso do conhecimento científico-social, alternam-se de forma isolada os modos de procedimento analítico-causais e interpretativos, mas estes jamais aparecem juntos quando surge a oportunidade de investigar a produção científica, razão pela qual Weber não foi capaz de associar expressamente as duas intenções antagônicas no entendimento do seu próprio método. A investigação científica é vista apenas como sentido, em seu caráter lógico-formal, e não como significação, como ação intencional e socialmente motivada. A ambivalência produzida por Weber foi justamente a sua principal armadilha epistemológica.⁵

Por esta razão, o caráter normativo do pressuposto científico não é

4 “A análise e a exposição ordenadora dos respectivos agrupamentos individuais historicamente dados destes fatores e de sua ação conjunta concreta condicionada por meio daí e significativa em seu tipo, e sobretudo o esforço por tornar compreensível o fundamento e o tipo desta significância seria a primeira tarefa a ser em verdade resolvida sob a aplicação daquele trabalho prévio, uma tarefa, contudo, que permanece completamente nova e autônoma em relação a este trabalho.” (Weber, 1992 apud. Habermas, 2009:26).

5 “Weber não associou expressamente as duas intenções antagônicas. Como ele não clarificou suficientemente as categorias do sentido e da significação em suas diversas aplicações, ele estava antes exposto ao risco de se iludir quanto à sua ambivalência.” (Habermas, 2009:26).

incluído na investigação que gera o conhecimento: ele é visto apenas como um trabalho prévio, como um postulado apriorístico meramente lógico e absoluto que surge como referência. Mesmo o levantamento das motivações individuais antes do início do processo de produção mencionado insistentemente por Weber segue nesta direção: o cientista deve revelar para si mesmo as intenções subjetivas que o encaminham para um determinado assunto com vistas ao seu controle e ao distanciamento da ligação valorativa que o leva a compreender as ações em seu significado cultural. Nesta medida, instaura-se o agir meramente racional como fundamento do processo de geração do conhecimento, pois só ele permitirá ao investigador encontra-se com as relações puramente causais que a ação apresenta no seu curso e nos seus efeitos.

Por isso, quando analisamos mais de perto esta diferenciação entre explicação e compreensão em Weber, como era desde o início a proposta de Habermas, percebemos mais claramente em que medida a compreensão motivacional weberiana pode estar contida como passo metodológico no quadro de uma ciência empírico-analítica que, entretanto, acaba nos conduzindo a um saber constituído ou prévio a partir de leis estranhas ao sentido, estranhas à compreensão interpretativa, ou, o que equivale a dizer, regida por leis hermeneuticamente incompreensíveis – no exato inverso do sentido da compreensão em Weber.

Como Habermas procura esclarecer em seu texto, em meio ao debate entre as ciências naturais e as ciências humanas em que as referências de Weber se situam, quando observada pelos pesquisadores do seu próprio campo a experiência das ciências naturais traz em seu quadro teórico o pressuposto de manter total controle sobre os termos de sua investigação. É justamente este o procedimento que separa as duas operações racionais e está subsumido à epistemologia do nosso sociólogo compreensivista. O que ocorre à medida que ele subordina o interesse científico à sua própria singularidade e auto compreensão histórica, acompanhada pela sua percepção da tendência racional da civilização ocidental: “Por outras palavras: apenas as ideias de valor que dominam o investigador e uma época podem determinar o objeto do estudo e os limites desse estudo.” (Weber, 1990:66). Neste âmbito, o presente pressuposto sempre se mostra heurísticamente frutífero, e, ao mesmo tempo, não se abre em condições que possam oferecer

absolutamente algo para a derivação de hipóteses analítico-críticas capazes de questioná-lo em seu caráter científico. Afinal, seus termos motivacionais são absolutizados, ao tempo em que torna a leitura da ciência e de seus grupos sobre seu próprio postulado a garantia do seu caráter de verdade: “Porque só é uma verdade científica aquilo que *pretende ser válido* para todos os que querem a verdade.” (Weber, 1990:66). Deste modo, como não poderia deixar de ser, as ligações valorativas e as diretrizes metodológicas permanecem transcendentem em relação à pesquisa científico-cultural, não podendo em qualquer tempo serem corrigidas através do ponto de partida da investigação científica.

Temos assim delineado, portanto, os caminhos do postulado da neutralidade axiológica em Max Weber. A concepção dominante, majoritária também no debate sobre os termos do dualismo entre ciências naturais e humanas, é a de que a formação de toda e qualquer teoria em quaisquer das ciências nomológicas precisa ser assegurada por meio da cisão lógica de enunciados de conteúdo descritivo e normativo estabelecida no âmbito daquele trabalho prévio, que supostamente submeteria toda a compreensão interpretativa ao postulado lógico apriorístico que Weber isolou a partir da sua leitura de Kant. Só a seleção dos problemas é que pode vir a continuar efetivamente dependendo de valores. É justamente o pressuposto que Weber trouxe em seu método para as ciências sociais.⁶

Habermas prossegue chamando a atenção para o fato de que, se nos convencermos realmente, como Weber havia dito, da interdependência metodologicamente rica em consequências de toda e qualquer pesquisa científico-social em relação ao contexto objetivo no qual ela se situa e

6 “O postulado da neutralidade axiológica conquista nesta formulação mais restrita um valor conjuntural em termos de política científica: de acordo com ele, só são cientificamente admissíveis as teorias cujas suposições fundamentais estão livres de uma pré-compreensão histórica, que só pode ser clarificada hermenêuticamente; razão pela qual elas podem ser introduzidas de maneira convencional. Por meio daí, a própria intelecção de Weber é neutralizada. Ele tinha contestado o fato de suposições teóricas fundamentais serem efetivamente possíveis nas ciências sociais sem ligações valorativas, ou seja, sem aquelas implicações historicamente vinculadas. Não apenas a escolha dos problemas, mas também a escolha do quadro teórico, no interior do qual eles são analisados, seria por fim determinado por ligações valorativas historicamente vigentes.” (Habermas, 2009:30).

se orienta, levando esta afirmação até as suas últimas consequências, impor-se-ia sobre ela outras igualmente importantes. Primeiro, a de que estas ligações valorativas determinantes não podem ser elas mesmas introduzidas na investigação científica enquanto um contexto real efetivo em plano transcendental. E a mais importante: a de que o conteúdo empírico das decisões de caráter científico, inerentes à investigação científica, das quais depende a escolha do quadro teórico, pode sim vir a ser esclarecido em conexão com os processos sociais. A abordagem, entretanto, como nos traz Habermas, não é realizada por Weber, que esbarra em um positivismo logicista em sintonia com a perspectiva neokantiana.

Considerações Finais

Como observamos, é de fato a incapacidade de reconhecer também no método científico a mediação recíproca entre o sujeito e o objeto de seu conhecimento que leva o pensamento weberiano, em seu caráter positivista, a supor o conceito de ciência como um fato real dado, a reivindicar para si uma dialética histórica própria e, por fim, a apresentar como pré-científico toda a carga de racionalidade instrumental que estaria ocupando as pretensões e finalidades contidas na suposta exclusividade do conceito de ciência. Nesta a tendência vemos o ofuscamento de uma contradição originária do debate sobre o dualismo das ciências humanas e naturais, a de que os interesses extra científicos são exteriores à ciência e que ambas a coisas devem ser distinguidas com nitidez. Quando a racionalidade fim-meio da ciência ignora as finalidades dispostas no conceito de instrumentalismo e se constitui como um fato único para si mesmo, ela contradiz a sua própria instrumentalidade, pois busca implacavelmente um fim que está nela, que a movimenta e que definiu como sua base fundamental, e ao mesmo tempo o desconhece completamente em suas determinações objetivas. Assim, o científico e o pré-científico são em verdade momentos inseparáveis do conhecimento, e uma ciência que não acolhe a existência inseparável do dois impulsos condena-se à indiferença não menos do que faz o descompromissamento pré-científico. Afinal, faz o postulado epistemológico entrar em contradição consigo mesmo. “Conforme a lógica pré-dialética, o constitutum não pode ser constituens, o condicionado não pode ser condição de sua própria condição.” (Adorno, 1996:132).

A suposta neutralidade axiológica de Weber nos remonta novamente à tentativa do pensamento positivista de tornar absolutas as diretrizes axiológicas que guardam dentro de si em suas afirmações. Se ele concebe os ideais do cientificismo de neutralidade e de valores, ao final das contas, como valores, isto atinge a própria verdade de todos os seus juízos subsequentes, pois o sentido destes sempre implicará na representação valorativa de que algo verdadeiro é melhor do que o que vem a ser falso. E embora a análise de quaisquer teoremas neutros valorativamente e plenos de conteúdo das ciências sociais precise partir de elementos axiológicos, Popper e Weber acabam insistindo mesmo é na dicotomia insustentável de valor e neutralidade de valores. Pois, na verdade, tanto um como outro ignoram o fato de que a razão cognitiva e razão valorativa são, em verdade, uma coisa só, motivo pelo qual a distinção entre valor e conhecimento é em seu próprio ponto de partida improcedente – algo inclusive que o próprio Durkheim, sem fazer menção a Weber, costumava pontuar. (Adorno, 1996). Mas Weber, como Popper, ignora a questão e prefere identificar em si mesmo a capacidade de inverter com eficiência proposições significativas e motivacionais de meios e fins em adequações causais puras, em proposições de causa e efeito. Embora, como tenhamos visto, a referência para tal neutralidade ele só pôde encontrar numa reflexão superficial sobre a capacidade do pesquisador de realizar uma “captação empática puramente psicológica” alçada no “hábito convencional” do pesquisador e do professor. Um procedimento que Popper conhecia bem e que o sindicalista de Weber, que age dentro de sua convicção ou “razão” deslocada destes hábitos consensuais, jamais poderia compreender se não através do próprio cientista, estando condenado à ineficiência militante caso buscasse agir a partir de sua própria consciência.

Assim, os chamados valores da doutrina positivista, quando elevados à total autonomia quanto à objetividade mediada do conhecimento perante a sociedade, recebem uma espécie de blindagem quando trazidos à discussão da neutralidade axiológica e social da investigação científica, que se torna, deste modo, meramente cientificista. Por isso Weber subestima os efeitos da realidade social e da vida econômica sobre a ciência, submetendo ela e a realidade social à compreensão meramente formal de suas relações conceituais. Exatamente por isso, para o idealista Weber (1990): “O domínio do trabalho científico não é delimitado pelas relações materiais dos objectos, mas antes pelas

relações conceptuais dos problemas.” (1990: 40). A falsa cisão entre neutralidade de valores e valor revela-se então na forma travestida da cisão entre teoria e prática que se expressa na doutrina positivista. O valor e afirmação da ausência de valor são em verdade mediatizados entre si dialeticamente, e conhecimento algum dirigido à essência imediata da sociedade poderia ser considerado verdadeiro se de antemão não o quisesse atingir, por vontade decisória, tal objetivo, sendo, portanto, valorativo.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor. 1996, “Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã”. In: _____. *Os Pensadores: Adorno*. São Paulo: Nova cultural.

HABERMAS, Jürgen. 2009, “O dualismo das ciências naturais e das ciências humanas”. In: _____. *A lógica das ciências sociais*. Petrópolis: Vozes.

WEBER, Max. 1994, *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB.

_____. 1995, “O sentido da “neutralidade axiológica nas ciências sociais e econômicas”. In: _____. *Metodologia das Ciências Sociais*. Campinas: Editora da Universidade Federal da Campinas.

_____. 1990, *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

_____. 2000, *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC.

Recebido em 21/04/2013
Aprovado em 02/07/2013